



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE SERTANÓPOLIS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SERTANÓPOLIS - PROJUDI
Rua São Paulo, 853 - Centro - Sertanópolis/PR - CEP: 86.170-000 - Fone: (43)
3232-4103 - E-mail: ser-ju-ec@tjpr.jus.br

Autos nº. 0000712-70.2020.8.16.0162

Processo: 0000712-70.2020.8.16.0162
Classe Processual: Mandado de Segurança Cível
Assunto Principal: Violação aos Princípios Administrativos
Valor da Causa: R\$1.000,00
Impetrante(s): • GETULIO VARGAS SOARES
Impetrado(s): • ALEOCIDIO BALZANELO
• Município de Sertanópolis/PR

I - RELATÓRIO

GETÚLIO VARGAS SOARES impetrou o presente Mandado de Segurança contra ALEOCÍDIO BALZANELO, Prefeito do Município de Sertanópolis, aduzindo, em síntese, que:

I) é pessoa idosa, nascido em 05.10.1956; II) possui uma vida normal e não possui qualquer problema de saúde, tomando medicamento apenas para ácido úrico; III) está completamente ciente do risco iminente causado pelo COVID-19, seguindo todas as recomendações e cuidados necessários; IV) porém teve direito cerceado em razão da publicação do Decreto Municipal nº 69/2020, datado e 16.04.2020; V) referido decreto impede o ingresso de idosos em estabelecimentos comerciais que continuem a funcionar, com o fim de evitar aglomerações, especialmente de crianças e idosos; VI) ocorre que o impetrante não possui familiares que possam realizar a aquisição de produtos básicos e essenciais à sua subsistência e à de sua esposa, que também é pessoa idosa; VII) a proibição ofende direito constitucional bem como o Estatuto do Idoso, porquanto as pessoas da referida faixa etária se sentem excluídos; VIII) o impetrante já sofreu lesões em duas oportunidades, tendo sido impedido de adentrar no mercado e tendo recebido atendimento do lado de fora de farmácia da cidade. Requereu, assim, liminarmente, seja assegurado o seu o direito líquido e certo de livre acesso aos estabelecimentos comerciais tidos como de atividades essenciais durante a pandemia do COVID-19.

No mérito, postulou seja o feito julgado procedente para conceder a segurança, tornando definitiva a ordem liminar, assegurando o direito líquido e certo do Impetrante e determinando o seu livre acesso aos estabelecimentos comerciais.



Foi concedida a medida liminar (mov. 11.1), determinando seja assegurado ao autor livre acesso aos estabelecimentos comerciais em funcionamento durante a pandemia do COVID-19, ainda que de modo diverso disponha o Decreto Municipal nº 69/2020.

A impetrada prestou suas informações à mov. 26.1, afirmando que: a) não há ato concreto do Prefeito do Município de Sertanópolis impedindo o ingresso do impetrante em estabelecimento algum, sendo impossível a utilização de mandado de segurança contra ato normativo de efeitos genéricos; b) conforme Decreto Municipal nº 69/2020, o impedimento não abrangeria aqueles idosos que, por não possuírem outro familiar ou conhecido, poderiam informar tal situação em qualquer estabelecimento e ingressar, observadas as demais precauções, como o uso de máscara por exemplo; c) não há que se falar em qualquer ilegalidade ou inconstitucionalidade do Decreto 69/2020 razão pela qual os pedidos são improcedentes.

O Ministério Público opinou pela concessão da ordem pleiteada (mov. 31.1).

É o relato. Fundamento e Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O mandado de segurança é remédio constitucional, com contornos bem delineados, que se presta à tutela de direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, violado ou na iminência de violação, por ilegalidade ou abuso de poder, decorrente de ato de autoridade (artigo 5º, LXIX, da Constituição Federal e Lei nº 12.016/2009).

Sua incidência é residual e pressupõe a comprovação, de plano, do direito invocado, não admitindo, assim, dilação probatória, sendo certo que a liquidez e certeza do direito não obsta a análise de questões de alta complexidade jurídica.

Direito líquido e certo, segundo conhecida lição doutrinária, é aquele comprovado de plano, mediante documentação inequívoca, e que prescinde de dilação probatória para sua verificação.

É requisito indispensável para o processamento do mandado de segurança que o direito líquido e certo alegado esteja devidamente comprovado e demonstrado no momento da impetração. Neste sentido, a clássica lição do mestre Hely Lopes Meirelles (“Mandado de Segurança”, 17ª ed., 1996, p. 28/29):



“Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. (...) Quando a lei alude a direito líquido e certo, está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido e nem certo, para fins de segurança. (...) Por se exigir situação e fatos comprovados de plano é que não há instrução probatória em mandado de segurança.”

A liminar deferida no presente mandado de segurança estabeleceu, em síntese, que (mov. 11.1):

“No caso dos autos, ao que consta, no dia 16.04.2020 a autoridade coatora editou e publicou o Decreto nº 69/2020 (mov. 1.6), o qual expressamente proibiu o ingresso de idosos, grupo no qual se encaixa o impetrante, de adentrar estabelecimentos comerciais tidos como de atividades essenciais, os quais continuam em funcionamento mesmo diante da pandemia do COVID-19, que assola o mundo desde dezembro de 2019.

Pois bem. Não se desconhece da possibilidade da restrição de garantias individuais, guardadas as devidas proporções e a necessária razoabilidade, em tempos de crise como o vivenciado atualmente, sempre buscando o interesse público, fim último da Administração Pública.

In casu, embora os idosos sejam o grupo com o maior risco de óbito em caso de contaminação e, portanto, objeto de maior atenção e proteção do Poder Público no momento atual, não se mostra razoável impedir de forma radical o seu acesso a todos os estabelecimentos comerciais em funcionamento, sob pena de privá-los dos itens mais essenciais à sua sobrevivência.

Ora, ainda que o Decreto Municipal contemple exceção, na hipótese de o idoso, assim como ocorre com o impetrante, não possuir familiar que possa realizar compras em seu lugar, referido ato municipal coloca a pessoa acima de 60 anos em situação desconfortável, a de demonstrar fato negativo (ausência de qualquer outro familiar disponível) como condição para adentrar estabelecimento e satisfazer suas necessidades pessoais básicas.

A medida ainda não se mostra proporcional, a considerar que a exigência da adoção dos cuidados sanitários recomendados, ao que tudo indica, erradica, ou ao menos diminui a chance de contaminação, sobretudo se recaindo o controle sobre as aglomerações de forma geral, não só sobre os idosos.

Assim, sem se olvidar da melhor das intenções do ente municipal, voltada a resguardar a saúde dos idosos, tenho que o Decreto Municipal em voga



retira direito líquido e certo do impetrante e das demais pessoas presentes em sua faixa etária, de forma que, em sede de cognição sumária, resta caracterizada o fumus boni juri.

O periculum in mora, por sua vez, é evidente, já que o impetrante se encontra privado de adentrar estabelecimentos para aquisição de produtos necessários à sua própria subsistência e à subsistência de sua esposa, também idosa, a exemplo de remédios e alimentos.”

Após a concessão da medida liminar nos presentes autos, afirma a parte impetrada que o Prefeito de Sertanópolis, no uso de suas atribuições, foi editar ato normativo, norma genérica e abstrata – que não se sujeita a controle via mandado de segurança (STF, Súmula 266).

Assim, alega que o mandado de segurança não é a via adequada para o caso, razão pela qual carece o autor de interesse de agir, na modalidade adequação, restando apenas a extinção do feito se exame do mérito (CPC, art. 485, VI).

Sem razão.

Como se sabe, a ação constitucional do mandado de segurança não é cabível contra lei em tese, conforme enunciado n. 266 da súmula de jurisprudência dominante do e. Supremo Tribunal Federal. Tal interpretação deve ser entendida como lei em sentido material, compreendendo qualquer ato normativo de caráter geral e abstrato, o que, em tese, também envolve atos normativos de inferior hierarquia, tais como decretos, regulamentos, resoluções etc.

No entanto, se do ato normativo, administrativo que for, puder gerar efeitos concretos, como é o caso do ato impugnado pelo impetrante, contra ele será cabível o mandado de segurança. Nesse sentido, colaciona-se do e. STF:

“Se o decreto é, materialmente, ato administrativo, assim de efeitos concretos, cabe contra ele mandado de segurança. Todavia, se o decreto tem efeito normativo, genérico, por isso mesmo sem operatividade imediata, necessitando, para a sua individualização, da expedição de ato administrativo, contra ele não cabe mandado de segurança (Súmula 266).” (STF, Pleno, MS 21.274, Rel. Min. Carlos Velloso, j. 10.2.1994, DJ 8.4.1994.)

O Decreto Municipal questionado nesta demanda possui efeito concreto sobre as atividades diárias do demandante, uma vez que ele se encontra privado de adentrar estabelecimentos para aquisição de produtos necessários à sua própria quando dele é exigida a prova negativa de um fato (ausência de qualquer outro familiar disponível).



Ou seja, conforme ressaltado pelo Ministério Público, impõe ao idoso a demonstração de que não possui conhecido ou familiar que possa por ele adquirir bens em comércios essenciais para que seja permitido ao próprio idoso comprar tais bens. Ao restringir acesso a serviços essenciais ao idoso, salvo se este não tiver familiar ou conhecido que possa por ele ter referido acesso, a lógica é que a prova da exceção é do idoso e não o contrário, a recair a pessoa na necessidade de demonstrar fato negativo, algo demasiadamente penoso.

Outrossim, a liminar deferida no presente caso não dispensa o impetrante do cumprimento das demais determinações contidas nos decretos municipais referentes à pandemia, tais como utilização de máscara, distanciamento social, higienização das mãos, etc.

Inalteradas as condições fáticas e de direito que culminaram com a liminar deferida à mov. 11.1, deve ela ser confirmada em sede de sentença, já que vislumbrado o direito líquido e certo alegado pela impetrante, o que impõe a concessão da segurança pleiteada.

III - DISPOSITIVO

Pelas razões expostas, nos termos do artigo 487, I, CPC, ratifico a decisão liminar proferida à mov. 11.1 e JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para conceder a segurança pleiteada, a fim de determinar que seja assegurado ao autor livre acesso aos estabelecimentos comerciais em funcionamento durante a pandemia do COVID-19, ainda que de modo diverso disponha o Decreto Municipal nº 69/2020 (o qual determina a necessidade de prova de fato negativo).

Em observância ao princípio da sucumbência, condeno a parte impetrada ao pagamento das custas e despesas processuais.

Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos do artigo 25 da Lei n.º 12.016/2009 e em observância às Súmulas 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça.

Tendo em vista a concessão da segurança, determino a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná para fins de reexame necessário, nos termos do art. 14, §1º, da Lei n.º 12.016/2009.

Oportunamente arquivem-se, fazendo-se as baixas e anotações necessárias, cumprindo-se o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.



Sertanópolis, data inserida pelo sistema.

Karina de Azevedo Malaguido

Juíza de Direito

